



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

2 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS BARRAGENS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/11/2015

Às 15h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Agostinho Patrus Filho, Rogério Correia, Bonifácio Mourão, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares, Paulo Lamac, Tito Torres e Glaycon Franco (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Carlos Arantes. Havendo número regimental, o presidente, deputado Agostinho Patrus Filho, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. O presidente designa como relator o deputado Rogério Correia e, como relatores parciais, a deputada Celise Laviola e os deputados Celinho do Sinttrocel e Thiago Cota. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.385, 4.386, 4.392 a 4.395, 4.398 a 4.401, 4.403, 4.406 a 4.408 e 4.410 a 4.418/2015.

São aprovados os seguintes requerimentos recebidos em reunião anterior:

nº 4.397/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações para que envie os planos de emergência e de continuidade do negócio (PCN Barragens) da empresa; o relatório SA-527-RL/17658-00, emitido em março de 2009, intitulado Plano de Ações Emergenciais da Barragem de Santarém (projeto SA-527); o relatório SA-210-RL-12251-00, emitido em março de 2008, intitulado Plano de Ações Emergenciais do Sistema de Rejeitos do Fundão – SRF; os planos de ações emergenciais – PAE – de barragens da empresa; as diretrizes e o organograma de seu Sistema Integrado de Gestão; as diretrizes e o organograma da gestão de segurança de suas barragens; o manual de operações de suas barragens; e documento que informe o lucro da empresa nos últimos cinco anos e os dividendos distribuídos nesse período (emendado pelo deputado Rogério Correia);

nº 4.402/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações para que envie cópia dos planos e projetos de obras emergenciais, preventivas, de reforço, de correção e de recuperação da Barragem de Santarém; do plano de ações emergenciais, a ser executado em caso de rompimento dessa barragem, e da apólice do seguro da empresa para as barragens da Mina de Germano (emendado pelo deputado Rogério Correia).

A presidência recebe e aprova o Requerimento nº 4.504/2015, dos deputados Gustavo Valadares e Celinho do Sinttrocel, em que solicitam seja realizada reunião com convidados para a apresentação da posição da empresa Celulose Nipo



Brasileira – Cenibra – diante do rompimento da barragem da empresa Samarco Mineração; e das medidas tomadas para o gerenciamento das consequências desse rompimento.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.505/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao coordenador de Defesa Civil pedido de informações sobre as providências preventivas que estão sendo tomadas diante da possibilidade de alagamentos na região atingida pelo rompimento das barragens da empresa Samarco Mineração, com a aproximação do período de chuvas;

nº 4.506/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais – Crea-MG – pedido de informações para que envie relatório das fiscalizações ocorridas nos últimos cinco anos nas obras de engenharia das Barragens de Fundão, Santarém, Germano e outras que estão sob a responsabilidade da empresa Samarco Mineração;

nº 4.507/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a existência de plano de evacuação da área abrangida pela Barragem de Várzea das Flores, no Município de Betim; e se as explosões realizadas na pedreira situada nessa localidade acarretam risco à estabilidade dessa barragem;

nº 4.508/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao prefeito de Mariana pedido de informações, acompanhado de cópias, se for o caso, sobre a apresentação pela empresa Samarco Mineração, de conformidade com a Lei nº 12.334, de 2010, do plano de ação de emergência, de conformidade com os arts. 8º, VII, e 12 da mesma lei, envolvendo as Barragens de Fundão, Santarém, Germano e outras que estão sob sua responsabilidade e de empresas coligadas ou controladas, no Município de Mariana;

nº 4.509/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre as barragens existentes no Estado quanto aos seguintes aspectos: o número e a localização; a capacidade de armazenamento e a já utilizada; a presença de conteúdo tóxico ou com potencial de contaminação dos recursos naturais ou elementos químicos danosos à saúde humana e animal; a regularidade e o estágio de licenciamento ambiental; a empresa ou empreendedor responsável; os meios, a estrutura de pessoal e o material disponível para a fiscalização da condição das barragens; o licenciamento ambiental das Barragens de Fundão, Santarém e Germano, nos Municípios de Ouro Preto e Mariana, acompanhado de cópia da documentação, com a data de validade das licenças de operação e, caso estejam vencidas, com as providências tomadas pela secretaria e pelos órgãos de controle ambiental a ela vinculados para o cumprimento da legislação; a possibilidade de haver algum problema estrutural com relação à Barragem de Germano e, em caso positivo, a avaliação e as providências que têm sido tomadas; e a extensão do dano ambiental ocasionado pelos rompimentos, esclarecendo o tipo de dano e a perspectiva de recuperação da área, incluindo o prazo previsto para sua total recuperação ambiental;

nº 4.510/2015, dos deputados Bonifácio Mourão, Agostinho Patrus Filho e Glaycon Franco e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado aos deputados federais e aos senadores de Minas Gerais pedido de providências para que incluam, mediante emendas de bancada, recursos no orçamento da União para 2016 com vistas à recuperação dos municípios atingidos pelo rompimento das barragens de rejeitos da empresa Samarco Mineração;

nº 4.511/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – e às empresas Vale e Samarco Mineração pedido de informações sobre se os processos de licenciamento ambiental relativos às minas da Samarco Mineração previram a autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da Mina ou Complexo Alegria, concedido à Vale;

nº 4.512/2015, da deputada Marília Campos e dos deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire, em que solicitam seja realizada visita conjunta com a Comissão de Participação Popular à Companhia Siderúrgica Nacional – CSN –, localizada no Município de Congonhas, para verificar a situação das barragens dessa companhia;



nº 4.513/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre a previsão, nos processos de licenciamento ambiental relativos às minas da empresa Samarco Mineração, de autorização para transferência e disposição de carga de rejeitos minerários oriundos da Mina ou Complexo Alegria, concedido à Vale;

nº 4.514/2015, da deputada Marília Campos, em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular, com a presença de representantes da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – e de outros órgãos de fiscalização das atividades mineradoras, para debater o processo de fiscalização das barragens de rejeitos de mineração;

nº 4.515/2015, dos deputados Rogério Correia e Celinho do Sinttrocel e da deputada Celise Laviola, em que solicitam seja encaminhado à Prefeitura de Governador Valadares pedido de providências para que seja encaminhado à comissão um plano de emergência para o município e região, incluindo, entre outros pontos: tratamento de esgoto, laboratório de controle de qualidade da água, alternativa de captação de água, desassoreamento do Rio Doce, drenagem das represas, reflorestamento e recuperação das nascentes e dos afluentes desse rio;

nº 4.516/2015, dos deputados Agostinho Patrus Filho e Rogério Correia, em que solicitam seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações sobre o lançamento de rejeitos de minério de ferro da Mina Alegria, da empresa Vale, em Mariana, na Barragem do Fundão, do Complexo de Germano, contendo os seguintes itens: série histórica mensal do volume desse lançamento; tipo de rejeito lançado; cópia do contrato entre as empresas Samarco Mineração e Vale acordando o lançamento e data do início do lançamento dos rejeitos;

nº 4.517/2015, do deputado Tito Torres, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Governo pedido de informações sobre o conteúdo da reunião ocorrida em 19/11/2015 entre o governo do Estado e prefeitos dos municípios inseridos na área geográfica atingida pelos efeitos do rompimento da Barragem do Fundão, situados na Bacia Hidrográfica do Rio Doce;

nº 4.518/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações sobre o valor pago a título de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários – Cfem – ao Município de Mariana ao longo do ano de 2015, em especial a diferença de valores entre os meses de setembro e outubro;

nº 4.519/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à empresa Samarco Mineração pedido de informações sobre o lucro e a distribuição de dividendos da empresa nos últimos cinco anos, tendo em vista a veiculação na mídia de declaração do presidente da BHP Billiton, sua controladora, de que os lucros do grupo econômico aumentaram com o aumento da produção e a redução dos custos unitários;

nº 4.520/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizado um sobrevoo nas barragens de rejeitos da Mina Germano, da empresa Samarco Mineração;

nº 4.521/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita técnica às barragens de rejeitos da Mina Germano, da empresa Samarco Mineração, em Mariana;

nº 4.522/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita às empresas mineradoras localizadas em Carajás para conhecer o trabalho de empilhamento de rejeitos a seco por elas desenvolvido;

nº 4.523/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada visita às empresas mineradoras localizadas em Congonhas para conhecer o trabalho de empilhamento de rejeitos a seco por elas desenvolvido;

nº 4.524/2015, dos deputados Gustavo Valadares e Agostinho Patrus Filho, em que solicitam seja realizada visita à empresa Mundo Mineração, no Município de Rio Acima.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária de amanhã, dia 25, às 15h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.



Sala das Comissões, 26 de novembro de 2015.

Agostinho Patrus Filho, presidente – Celise Laviola – Bonifácio Mourão – Sargento Rodrigues – Doutor Jean Freire – Gustavo Corrêa – Glaycon Franco – Douglas Melo – Wander Borges.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/12/2015

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos (substituindo o deputado Durval Ângelo, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Cristiano Silveira e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Paulo Lamac, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Rogério Correia e Doutor Jean Freire. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cristiano Silveira, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Professor Neivaldo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Ana Cláudia Lopes, promotora de justiça na Comarca de Teófilo Otoni (26/11/2015); e dos Srs. Amarildo José Brumano Kalil, presidente da Emater-MG; Guilherme Almeida Gonçalves de Oliveira, chefe de gabinete do ministro da Saúde (26/11/2015); e Antônio Marcos Ramos de Freitas, presidente da Câmara Municipal de Mariana (28/11/2015). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.023/2015, em turno único (deputado Carlos Pimenta), e 1.420/2015, em turno único (deputado Paulo Lamac). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 440/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Professor Neivaldo, em virtude de redistribuição); 1.494/2015 com a Emenda nº 1, tendo sido rejeitado o Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Doutor Jean Freire, em virtude de redistribuição); 1.497/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cristiano Silveira); e 1.601/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Professor Neivaldo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.949/2015 (relator: deputado Duarte Bechir), que recebeu parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.098, 3.134, 3.199, 3.224, 3.240 a 3.246, 3.278 e 3.387/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.685/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Ouro Preto pelos 300 anos de sua fundação;

nº 4.686/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada visita ao Centro de Remanejamento do Sistema Prisional – Ceresp – de Ipatinga com a finalidade de averiguar denúncias de possíveis irregularidades no que se refere a direitos humanos;

nº 4.688/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria da República em Minas Gerais pedido de providências quanto à suposta violação da Lei de Propriedade Intelectual – Lei Federal nº 9.609, de 1998 – por parte da Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – Prodabel – na eleição de conselheiros tutelares desse município em outubro de 2015, conforme consta de denúncia de Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, defensor público da Infância e Juventude, apresentada na 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/12/2015, acompanhado do trecho das notas taquigráficas em que consta o relato;

nº 4.689/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça e à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público pedido de providências para que seja desarquivado o procedimento instaurado para apurar as denúncias relativas a irregularidades na eleição de conselheiros tutelares desse município em outubro de 2015, conforme consta de denúncia de Wellerson Eduardo da Silva Corrêa, defensor público da Infância e Juventude, apresentada na 29ª Reunião Extraordinária, realizada em 3/12/2015, acompanhado das notas taquigráficas dessa reunião e dos documentos entregues à comissão;

nº 4.690/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita sejam encaminhados aos componentes da Mesa da 29ª Reunião Extraordinária da comissão, à Prefeitura de Belo Horizonte, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça das Crianças e dos Adolescentes, à presidência do Tribunal de Contas do Estado, à Vara da Infância e Juventude Cível de Belo Horizonte e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte as notas taquigráficas da referida reunião, realizada em 3/12/2015, e os documentos entregues à comissão nessa data;

nº 4.691/2015, do deputado Cristiano Silveira, em que solicita seja encaminhado à 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Serrana pedido de providências com vistas à apuração das denúncias de Harley Tácito Pinto sobre a eleição dos conselheiros tutelares no Município de Perdigoão, em outubro de 2015, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 29ª Reunião Extraordinária da comissão em que consta o relato;

nº 4.692/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita sejam encaminhados à Prefeitura de Belo Horizonte e ao secretário municipal de Políticas Sociais de Belo Horizonte pedido de informações sobre possíveis irregularidades e fraudes na eleição de conselheiros tutelares desse município, realizada em outubro de 2015, particularmente sobre a contratação sem licitação da Fundação Guimarães Rosa para realizar concurso para escolha dos conselheiros, a anulação de 12 de um total de 50 questões desse concurso e a utilização de *software* e computadores da Prodabel em vez de urnas e cédulas do Tribunal Regional Eleitoral, conforme previsto na Resolução nº 170, do Conanda, bem como as notas taquigráficas da 29ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 3/12/2015;

nº 4.693/2015, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater o Dia Internacional dos Direitos Humanos e entregar o Prêmio Mineiro de Direitos Humanos, concedido pelo governo do Estado por meio da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania;

nº 4.694/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita sejam ouvidos representantes do Sindieletró-MG na 25ª Reunião Ordinária da comissão;

nº 4.703/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a gestão da Cemig no ano de 2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2015.

Rogério Correia, presidente.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/12/2015

Às 10h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Bonifácio Mourão, Isauro Calais e Cabo Júlio (substituindo o deputado Cristiano Silveira, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Isauro Calais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da



comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do autor do Projeto de Lei nº 2.985/2015 encaminhando documentos necessários à sua tramitação, em atenção a pedidos de diligência da comissão. A presidência determina a anexação dos documentos ao projeto. A presidência acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 3.133/2015 e avoca para si a relatoria da matéria. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Durante a discussão do parecer do deputado João Alberto, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.856/2015 na forma do Substitutivo nº 1, é aprovado o requerimento do deputado Leonídio Bouças em que solicita seja adiada a discussão da referida matéria. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 1.993/2015 com a Emenda nº 1 e 2.956/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 82 e 856/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão, o último em virtude de redistribuição); 89 e 857/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 448, 1.406 e 1.883/2015, no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelos respectivos relatores, deputados João Alberto, no caso dos dois primeiros, e Leonídio Bouças, no caso do último projeto. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 450/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças); 784 e 1.059/2015 na forma do Substitutivo nº 1; 1.231 e 1.333/2015 (relator: deputado João Alberto); e 1.466/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Defesa Social, ao procurador-geral de justiça, ao chefe da Polícia Civil e ao comandante-geral da Polícia Militar o Projeto de Lei nº 1.063/2015 e ao secretário de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 1.359/2015. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Isauro Calais, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 1.068/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Bonifácio Mourão. Registra-se a saída do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.903/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). Registra-se a presença do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 1.934 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Isauro Calais) e 1.947/2015 (relator: deputado Bonifácio Mourão). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 1.973/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo respectivo relator, deputado João Alberto, em virtude de redistribuição. Registra-se a saída do deputado Cabo Júlio. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 2.037 e 2.673/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Bonifácio Mourão); 2.272 na forma do Substitutivo nº 1 e 3.017/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado João Alberto); e 2.548 com as Emendas nºs 1 a 3 e 2.929/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Isauro Calais). Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Bonifácio Mourão, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 2.194/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Leonídio Bouças. São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social o Projeto de Lei nº 2.618/2015; à Companhia Energética de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 2.698/2015; ao secretário de Estado de Fazenda o Projeto de Lei nº 2.971/2015 (relator: deputado João Alberto); ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 2.823/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças) e ao secretário de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais o Projeto de Lei nº 3.073/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Bonifácio Mourão, que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 2.655/2015, em turno único, o presidente defere o pedido de vista do deputado Leonídio Bouças. Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade,



constitucionalidade e legalidade, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.071/2015 (relator: deputado Isauro Calais). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, são aprovados, cada um por sua vez, requerimentos que solicitam, nos termos do art. 301, parágrafo único, do Regimento Interno, sejam encaminhados aos autores dos Projetos de Lei nºs 3.034, 3.044 e 3.133/2015 pedido de informações para que instruem as referidas proposições com a documentação necessária à sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2015.

Leonídio Bouças, presidente – João Alberto – Cabo Júlio – Isauro Calais.

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/12/2015

Às 10h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.152/2015 na forma do Vencido em 1º turno (relator: deputado Dilzon Melo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 964, 2.028, 2.456, 2.581, 2.616, 2.667 e 2.699/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.681/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Segurança Pública e Extraordinária das Barragens para debater a tragédia causada pelo rompimento de barragens de rejeitos da Samarco Mineração, em Mariana, especialmente no que se refere ao acompanhamento das providências já tomadas pelos bombeiros militares e pelos integrantes da Defesa Civil e do Exército na busca de soluções quanto ao impacto ambiental, ao apoio aos atingidos, à identificação das vítimas e dos desaparecidos e ao apoio às famílias;

nº 4.682/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações consubstanciadas em relatório sobre as condições ambientais na região do Município de Ouro Preto, em especial nas seguintes áreas: Marzagão, Lago Azedo, Barcelos, Panificadora e terreno da empresa Novelis, em Saramenha.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2015.

Cássio Soares, presidente – Dilzon Melo – Inácio Franco.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/12/2015

Às 14h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Iran Barbosa, Leandro Genaro, Doutor Jean Freire e João Alberto (substituindo o deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Iran Barbosa, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de



requerimento do deputado Doutor Jean Freire, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.704/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada reunião com convidados, conjuntamente com a Comissão Extraordinária das Barragens, para entrega e apresentação do relatório elaborado em audiência pública realizada no Município de Brumadinho, em 25/11/2015;

nº 4.705/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada reunião com convidados para entrega e apresentação do relatório elaborado em audiência pública realizada no Município de Brumadinho, em 25/11/2015;

nº 4.706/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Seapa – pedido de informações sobre a existência nesse órgão de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba;

nº 4.707/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre a existência nessa empresa de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba;

nº 4.708/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a existência nessa empresa de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba;

nº 4.709/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag – pedido de informações sobre a existência nesse órgão de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba;

nº 4.710/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a existência nessa autarquia de mecanismos envolvendo políticas públicas ou ações de qualquer espécie para incentivo, fomento ou financiamento da construção de barraginhas para contenção de águas superficiais, pluviais ou não, no Estado, especialmente nas regiões do Alto, Médio e Baixo Paraopeba;

nº 4.711/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais são os poços tubulares para exploração de água, por município, na região do Alto Paraopeba, na Bacia do Rio Paraopeba;

nº 4.712/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais são os poços tubulares para exploração de água, por município, na região do Médio Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.713/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais são os poços tubulares para exploração de água, por município, na região do Baixo Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.714/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Alto Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;



nº 4.715/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Médio Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.716/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Baixo Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.717/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais os mecanismos de monitoramento do volume e da qualidade das águas subterrâneas na região do Alto Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.718/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais os mecanismos de monitoramento do volume e da qualidade das águas subterrâneas na região do Médio Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.719/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre quais os mecanismos de monitoramento do volume e da qualidade das águas subterrâneas na região do Baixo Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.720/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Alto Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.721/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Médio Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.722/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o valor investido, desde 1997, no Programa Estadual de Conservação da Água, regido pela Lei nº 12.503, de 1997, por município, na região do Baixo Paraopeba, na Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.723/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações sobre o valor da receita operacional anual, desde 1996, apurada em cada município pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.724/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre o valor da receita operacional anual, desde 1996, apurada em cada município pertencente à Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba;

nº 4.725/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os valores aportados anualmente, desde sua criação, ao Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro –, esclarecendo qual a origem desses recursos e também qual o valor aplicado, por município, na Bacia Hidrográfica do Alto Paraopeba;

nº 4.726/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à diretora-geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de informações sobre a existência de algum mecanismo de cadastramento de empresas que realizam perfuração de poços nos municípios da Bacia do Rio Paraopeba e, em caso afirmativo, quais são as empresas cadastradas;

nº 4.727/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja realizada audiência pública para debater as soluções emergenciais e de curto prazo para resolver a crise hídrica na região do Alto Paraopeba;



nº 4.731/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para pagar os passivos do Programa Bolsa Verde relativos aos anos de 2010 e 2011, bem como para abrir editais direcionados à conservação e à proteção das nascentes;

nº 4.734/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para melhoria das condições dos mananciais de abastecimento do Município de Conselheiro Lafaiete, tendo em vista que os reservatórios da Jacuba e Água Preta se encontram assoreados e com baixa disponibilidade hídrica; e

nº 4.741/2015, do deputado Glaycon Franco, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Conselho de Política Ambiental – Copam –, às Superintendências Regionais de Regularização Ambiental – Suprams – e à Polícia Militar pedido de providências para resolução dos problemas diagnosticados em relatório que contém informações sobre o sistema de abastecimento de água do Município de Congonhas, uma vez que o relatório alerta para riscos quanto à disponibilidade hídrica no referido município.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2015.

Doutor Jean Freire, presidente – Carlos Pimenta.

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Cabo Júlio, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a grave denúncia em desfavor da delegada Cleide de Oliveira Fiorillo, que responde pelos Municípios de Jequeri, Rio Casca e São Pedro dos Ferros, segundo a qual a delegada não compareceu à delegacia e liberou, por telefone, dois indivíduos detidos em flagrante pela Polícia Militar, os quais voltaram a cometer delitos. Informa ainda que, devido à ausência de alguns convidados, a parte reunião destinada a ouvi-los foi cancelada. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.131/2015 (relator: deputado Cabo Júlio). São convertidos em diligência ao secretário de Estado de Defesa Social os Projetos de Lei nºs 110 e 157/2015 (relator: deputado Cabo Júlio). Passa-se a 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 1.909, 2.737 e 2.795/2015 (relator: deputado Cabo Júlio), que receberam parecer por sua aprovação. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.703, 2.705, 2.706, 2.740, 2.741, 3.458 e 3.461/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos: 4.695 e 4.696/2015. A seguir, são recebidos pela presidência e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.753/2015, do deputado João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir o aumento do número de furtos e roubos nos Bairros Ipanema, Glória e São Salvador, em Belo Horizonte;

nº 4.754/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio e João Leite, em que solicitam seja realizada audiência pública para discutir denúncia em desfavor da delegada Cleide Oliveira Fiorillo, que teria liberado, por telefone, dois indivíduos presos em flagrante pela Polícia Militar, os quais voltaram a cometer delitos. Requerem ainda sejam convocados para essa reunião o Maj. PM Luiz Faustino Marinho Júnior, comandante da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas

Gerais, de Ponte Nova; o 3º-Sgt. PM Luciano Rodrigues Meira, da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais, de São Pedro dos Ferros; o Cb. PM Gilmar Santos Silva, da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais, de São Pedro dos Ferros; e as Sras. Cleide de Oliveira Fiorillo, delegada da 27ª Delegacia de Polícia Civil, de Jequeri, e Karina Conrado de Souza, escrivã da 26ª Delegacia de Polícia Civil, de Rio Casca;

nº 4.755/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado, à Chefia da Polícia Civil e aos membros da Câmara de Coordenação Geral, Planejamento, Gestão e Finanças do Estado pedido de providências para a convocação dos 76 candidatos ao cargo de perito criminal que ficaram como excedentes no concurso para a Polícia Civil (edital de 2013).

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Dalmo Ribeiro Silva.

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire e Carlos Pimenta (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a grave crise hídrica nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Cléa Amorim de Araújo, presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí; e os Srs. Alonso Reis da Silva, presidente dos Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor; Nelson Cunha Guimarães, superintendente de Meio Ambiente da Copasa; e Luiz Antônio Lobo de Abreu, assessor técnico da Diretoria Norte da Copasa, representando o diretor de Operação Norte dessa empresa; Adhemar Marcos Filho, prefeito de Itinga; Ronaldo Lourenço Santana, prefeito de Chapada do Norte; José João Emetério, presidente da Câmara Municipal de Chapada do Norte; Francisco de Assis Souza Saraiva, presidente da Câmara Municipal de Jequitinhonha; Wanderley dos Reis Freitas, presidente da Câmara Municipal de Berilo; e Noraldino Gonçalves de Macêdo, presidente da Câmara Municipal de Turmalina, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2015.

Doutor Jean Freire, presidente – João Vítor Xavier – Cristina Corrêa.

ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Às 10h11min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes

proposições, no 1º turno, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 238 e 2.280/2015 (Elismar Prado) e 1.333/2015 (deputado Sargento Rodrigues). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.288/2015 com a Emenda nº 1, que substitui no texto a expressão "ao Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG" por "à Secretaria de Estado da Fazenda". Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.748/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada audiência pública para discutir os investimentos das operadoras de telefonia celular em Juiz de Fora após a flexibilização do processo de licenciamento ambiental;

nº 4.749/2015, dos deputados Douglas Melo, Dirceu Ribeiro e Alencar da Silveira Jr., em que solicitam seja encaminhado ao Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para a suspensão da exigência da Autorização para Condução de Ciclomotores – ACC – até que o Conselho Nacional de Trânsito – Contran – regulamente os procedimentos específicos para os interessados em conduzir tais veículos;

nº 4.750/2015, dos deputados Douglas Melo, Dirceu Ribeiro e Alencar da Silveira Jr., em que solicitam seja encaminhado ao Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de providências para a suspensão da exigência do registro e do licenciamento dos ciclomotores até que a Secretaria de Estado de Fazenda deixe de cobrar IPVA desses veículos, de forma retroativa;

nº 4.751/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Assuntos Municipais e Regionalização, de Segurança Pública, de Saúde e de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas para debater a realização de festas e eventos com bebidas liberadas no Estado, denominadas *open bar*, ou similares, bem como o Projeto de Lei nº 704/2015, em tramitação nesta Casa;

nº 4.752/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o aumento da inadimplência quanto ao pagamento das contas de água e luz por parte de consumidores do Estado devido à elevação dos valores das tarifas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Elismar Prado, presidente – Sargento Rodrigues – Noraldino Júnior – Douglas Melo.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Às 14h22min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Wander Borges e Duarte Bechir (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.038/2015, no 1º turno (relator: deputado Wander Borges), é convertido em diligência ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de Minas Gerais – Iepha. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.425, 3.426, 3.430



e 3.446/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.747/2015, da deputada Ione Pinheiro, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha – pedido de providências para a liberação da madeira apreendida na Fazenda Boa Esperança, no Município de Belo Vale, que se encontra sob custódia legal dessa instituição, a qual será utilizada para a reforma do Santuário do Senhor do Bonfim, localizado nesse município;

nº 4.775/2015, da deputada Ione Pinheiro e dos deputados Bosco e Wander Borges, em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Bernardo Novais da Mata Machado pelos trabalhos desenvolvidos no Conselho Estadual de Política Cultural e pelo apoio na preparação do Fórum Técnico Plano Estadual de Cultura, a ser realizado em 2016.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2015.

Bosco, presidente – Wander Borges – Isauro Calais – Ione Pinheiro.

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/12/2015

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Cabo Júlio e Cristiano Silveira (os dois últimos substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia e Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), Glaycon Franco (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da liderança do BCMG) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes também a deputada Cristina Corrêa e os deputados Durval Ângelo, Alencar da Silveira Jr., João Leite, Léo Portela e João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Vanderlei Miranda, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados de pauta os Projetos de Lei nºs 1.165, 2.476 e 2.552/2015 por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais, e 775/2015 a requerimento do deputado Glaycon Franco, aprovado pela comissão. Às 15h40min o presidente suspende a reunião. Às 16h13min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Cristina Corrêa e Cristiano Silveira (os dois últimos substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia e deputado Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), Glaycon Franco (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da liderança do BCMG) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela rejeição das Emendas nºs 2 a 4 apresentadas, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 3.126/2015 (relator: deputado Vanderlei Miranda); e pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.210/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Glaycon Franco). O parecer que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.107/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, tem a discussão adiada a requerimento da deputada Cristina Corrêa, aprovado pela comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 4.798/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita esclarecimentos referentes ao Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 3.105/2015, que inclui, entre os servidores que fazem jus a vale-alimentação, os ocupantes de cargo efetivo ou em ocupação;

nº 4.799/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre a falta de investimentos da empresa no interior do Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 11/12/2015, às 14 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Vanderlei Miranda – Rogério Correia – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues.

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/12/2015

Às 10h5min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Rogério Correia, Roberto Andrade (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e os deputados Durval Ângelo e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios dos Srs. Ivan Monte Claudino, diretor administrativo do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, publicado no *Diário do Legislativo* em 11/12/2015; e Domingo Pietrangelo Ritondo, tabelião do 3º Tabelionato de Protestos de Títulos de Belo Horizonte, encaminhando estudo comparativo das normas sobre diferimento dos estados brasileiros. A seguir, faz a leitura de comunicação do deputado Gilberto Abramo, na qual desiste da realização de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.271/2015, a qual seria realizada em decorrência da aprovação do Requerimento de Comissão nº 4.186/2015. Suspende-se a reunião. Os deputados Rogério Correia e Carlos Pimenta retiram-se da reunião. Às 10h44min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê, Durval Ângelo e Cabo Júlio (substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia e Arnaldo Silva, por indicação da Liderança do BMM); Roberto Andrade (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG); e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC). Estão presentes, também, a deputada Ione Pinheiro e o deputado Dilzon Melo. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados de pauta, por determinação do presidente, os Projetos de Lei nºs 3.126 e 1.210/2015, por haverem sido apreciados em reunião anterior, e 1.165, 2.476 e 2.552/2015, por não cumprirem pressupostos regimentais; e os Projetos de Lei nºs 775 e 1.271/2015, a requerimento do deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela comissão. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Vanderlei Miranda, que conclui pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.107/2015 na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido no 1º turno, são apresentadas as Propostas de Emenda nºs 1 a 3, do Deputado Sargento Rodrigues. Após discussão e votação, é aprovado o parecer, salvo as propostas de emenda e destaque. Submetidas a votação, são rejeitadas as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, registrando-se os votos contrários dos deputados Felipe Attiê e Sargento Rodrigues. Submetida a votação, é rejeitada a Proposta de Emenda nº 3, registrando-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária do dia 16/12/2015, às 09h45min, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 1.271/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Arnaldo Silva – Felipe Attiê – Vanderlei Miranda – Cássio Soares.

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/12/2015

Às 15h37min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Antônio Carlos Arantes (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC) e João Vítor Xavier (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Vítor Xavier, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios do Sr. Ramon Victor Cesar, presidente da BHTrans (9/12/2015) e (10/12/2015). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.255 e 2.867/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.802/2015, do deputado Wander Borges, em que solicita sejam ouvidos os convidados presentes na 32ª Reunião Ordinária desta comissão. A seguir, é aprovado relatório de visita à Secretaria de Estado da Educação, realizada no dia 11/12/2015, às 14 horas, o qual segue publicado após as assinaturas. Em seguida, o presidente interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Renata Pedrosa, coordenadora da Divisão de Seleção e Treinamento da Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte – Assprom; Eliane de Fátima Magalhães Gomes, agente de execução do Núcleo Vida da ALMG; e Zilda Eugênia Miranda, assistente social da Escola Estadual Sandra Risoleta de Lima Hauck; e os Srs. Márcio Caldeira, assessor técnico da Presidência da Assprom; Luiz Fernando de Souza Cruz, diretor de Infraestrutura da ALMG; Anderson Moratori, gerente de Telecomunicações e Serviços da ALMG; e Bruno Silva, trabalhador mirim do Núcleo Vida da ALMG. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Ione Pinheiro – Arnaldo Silva.

RELATÓRIO DE VISITA**Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência****Local visitado: Secretaria de Estado de Educação****Apresentação**

A requerimento dos deputados Bonifácio Mourão, Duarte Bechir, Elismar Prado, Tito Torres e Wander Borges, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência visitou, no dia 11/12/2015, a Secretaria de Estado de Educação, a fim de discutir a situação de servidores estaduais cedidos a associações de pais e amigos dos excepcionais – Apaes – e afetados pela declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 5/11/2007.

Participaram da visita os deputados Duarte Bechir, Ione Pinheiro e Wander Borges e os receberam Macaé Maria Evaristo dos Santos, Secretária de Estado de Educação; Margareth Caldas de Souza Anício, titular da Superintendência de Pessoal da Secretaria de Estado de Educação – SEE; Ana Regina de Carvalho, titular da Diretoria de Educação Especial da SEE; e Hércules Macedo, chefe de gabinete da SEE.

Relato

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência visitou, em 11/12/2015, a SEE, com o objetivo de discutir a situação de servidores estaduais cedidos a Apaes e afetados pela declaração de inconstitucionalidade de dispositivos da Lei Complementar nº 100, de 2007.

A secretária de Estado de Educação assegurou que as Apaes não terão seu funcionamento afetado em 2016, pois a SEE estuda mudanças no processo de designação, de modo a garantir a permanência dos servidores afetados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007.

De acordo com a secretária de Estado de Educação, o tempo de serviço será o principal critério de seleção no processo de designação para o exercício de 2016. Com a adoção desse critério, a SEE espera manter em seus quadros parte significativa dos servidores afetados pelos efeitos da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI – nº 4876. O dispositivo da minuta de resolução que dispõe sobre a organização do quadro de pessoal das escolas estaduais e sobre o processo de designação para o exercício de 2016 é o transcrito a seguir:

“Art. 34 Onde houver necessidade de designação, esta será processada observada a seguinte ordem de prioridade:

I – candidato concursado para o município ou SRE e ainda não nomeado, obedecida a ordem de classificação no concurso, priorizando o Edital mais antigo, desde que comprove os requisitos de habilitação definidos no respectivo Edital;

II – candidato concursado para outro município ou outra SRE e ainda não nomeado, obedecido o número de pontos obtidos no concurso, priorizando o Edital mais antigo, promovendo-se o desempate pela idade maior, desde que comprove os requisitos de habilitação definidos no respectivo Edital;

III – candidato habilitado, obedecida a ordem de classificação na listagem geral do município de candidatos inscritos em 2014;

IV – candidato habilitado que não consta da listagem geral do município de candidatos habilitados inscritos em 2014;

V – candidato não habilitado, obedecida a ordem de classificação na listagem geral do município de candidatos inscritos em 2014.

Parágrafo único – Na hipótese de comparecimento de mais de um candidato na condição a que se refere o inciso IV, eles serão classificados utilizando-se os critérios estabelecidos na Resolução SEE nº 2686, republicada em 08 de novembro de 2014”.

De acordo com a minuta de resolução, os servidores que foram aprovados em concurso público da SEE, mas ainda não foram nomeados, terão prioridade no processo de designação. Diferentemente da Resolução SEE nº 2.741, de 20/1/2015, que atualmente disciplina o processo de designação, a minuta de resolução mencionada prioriza os editais dos concursos mais antigos em detrimento dos mais recentes. O critério de tempo de serviço também é aplicável aos candidatos que não tiverem prestado concurso, se mantidos os atuais termos da Resolução SEE nº 2.686, de 3/10/2014.

Além da mudança no processo de designação, a SEE pretende manter o atual quantitativo de servidores cedidos às Apaes. O que pode mudar são os servidores que nelas serão alocados. É importante ressaltar que, embora a SEE tenha o objetivo de nomear 60.000 novos servidores até o ano de 2018, a princípio apenas servidores designados serão cedidos às Apaes. Além disso, a SEE já estuda, com base na política de organização de pessoal das escolas especializadas estaduais, a adoção de critérios para a cessão de servidores para instituições privadas de educação especial.

Outro ponto abordado na reunião foi o regime de parceria a ser adotado entre o Estado e instituições privadas de educação especial. De acordo com a secretária de Estado de Educação, embora esse assunto já esteja sendo debatido na SEE e estudado pela Advocacia-Geral do Estado, a decisão final somente será tomada quando da entrada em vigor da Lei Federal nº 13.019, de 31/7/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.



Ao final da visita, o deputado Duarte Bechir relatou casos de servidores que têm sido considerados inaptos na perícia médica por apresentarem apenas indícios de problemas nas cordas vocais. A secretária de Estado de Educação afirmou que tem ciência desses casos e que já os levou à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – Seplag –, órgão responsável pela perícia médica dos servidores. Ela também informou que a Seplag estuda a implantação de uma espécie de afastamento temporário para tratamento de saúde dos servidores considerados inaptos.

Conclusão

A Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência considerou plenamente satisfatórias tanto a reunião quanto as medidas apresentadas pela Secretaria de Estado de Educação para garantir a permanência dos servidores afetados pela declaração de inconstitucionalidade da Lei Complementar nº 100, de 2007, e a realização das atividades das Apaes.

Julgou, ainda, bastante relevantes as informações sobre o regime de parceria entre o Estado e as instituições privadas de educação especial para delinear o atual panorama da educação especial em Minas Gerais e as perspectivas para essa modalidade de ensino.

Sala das Comissões, 15 de dezembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente.

ATA DA 63ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/12/2015

Às 9h38min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BVC) e Leonídio Bouças (substituindo o deputado Cabo Júlio, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Antônio Carlos Arantes, Carlos Pimenta, Gustavo Valadares e Wander Borges. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e solicita aos membros da comissão presentes que a subscrevam. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a denúncia, em desfavor da delegada Cleide Oliveira Fiorillo, que responde pelos Municípios de Jequeri, Rio Casca e São Pedro dos Ferros, segundo a qual ela, sem comparecer à delegacia, liberou por telefone dois indivíduos presos em flagrante pela Polícia Militar, que voltaram a cometer delitos, a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: e-mails, enviados por meio do Fale com a Assembleia, dos Srs. Eduardo, encaminhando solicitação para que a comissão interceda junto ao governo do Estado para a convocação dos candidatos aprovados no concurso público da Polícia Civil de 2014; Pedro Moreira dos Santos, requerendo ajuda para a solução do problema da criminalidade no Município de Várzea da Palma; de um cidadão que prefere não se identificar, encaminhando denúncia de que, no Município de São João Nepomuceno, tem havido muitos assassinatos, venda de drogas, assalto a mão armada e arrombamentos. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir o Sr. Jadson André de Sousa, diretor de sede campestre da Associação Central Única dos Militares Estaduais de Minas Gerais – Cume –, representando o presidente dessa entidade; o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais – Aspra-PM/BM; os Srs. Carlos Henrique Batista Júnior, advogado institucional do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais, representando o presidente dessa entidade; Mauro Adriano Moutinho, diretor do Sindicato dos Escrivães de Polícia de Minas Gerais, representando o presidente dessa entidade; o Cel. PM Alberto Luiz Alves, diretor de Relações Institucionais da Associação dos Oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais – AOPMBM; o Maj. PM Luiz Faustino Marinho Júnior, comandante da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais, em Ponte Nova; o 3º-Sgt. PM Luciano Rodrigues Meira, da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais, em São Pedro dos Ferros; o Cb. PM Gilmar Santos Silva, da 21ª Companhia Independente de Polícia Militar de Minas Gerais, em São Pedro dos Ferros; o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais – Ascobom –, que



são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.742, 2.746 a 2.749, 3.463, 3.475, 3.512, 3.513, 3.514, 3.517 e 3.524/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. É reiterado o Requerimento nº 2.176/2015. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 4.803/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências a fim de que se instale um pelotão no Município de Carai, tendo em vista que na localidade há apenas um destacamento, que conta com número insuficiente de efetivos;

nº 4.804/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas pedido de providências para realizar o recapeamento de todo o trajeto da Estrada do Córrego Feio, na zona rural do Município de Patrocínio, única via de acesso à Penitenciária Deputado Expedito de Faria Tavares;

nº 4.805/2015, dos deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para que destinar uma viatura, em caráter definitivo, ao Município de São Tomé das Letras, tendo em vista denúncia, formulada por vereadores desse município, que aponta a falta do equipamento, que é necessário devido ao grande fluxo de visitantes à região ao longo do ano;

nº 4.806/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam sejam encaminhados à Chefia e à Coordenadoria-Geral da Polícia Civil pedido de providências para instaurar processo administrativo disciplinar contra a delegada Cleide Oliveira Fiorino, tendo em vista as denúncias apresentadas durante a 63ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 16/12/2015, analisando-se a possibilidade da aplicação de pena de suspensão, nos termos do art. 156 da Lei nº 5.406, de 1969, as notas taquigráficas da referida reunião e documentos já encaminhados ao Ministério Público, relativos ao caso;

nº 4.807/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam sejam encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça e ao Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público pedido de providências para instaurar sindicância para apuração de notícias de fato e denúncias contra a delegada Cleide Oliveira Fiorino, apresentadas durante a 63ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 16/12/2015, as notas taquigráficas da referida reunião e documentos já encaminhados ao Ministério Público, relativos ao caso;

nº 4.808/2015, dos deputados Sargento Rodrigues, Dalmo Ribeiro Silva e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja formulada manifestação de aplauso ao 3º-Sgt. PM Luciano Rodrigues Meira e ao Cb. PM Gilmar Santos Silva, ambos da 21ª Companhia Independente da Polícia Militar, em São Pedro dos Ferros, por sua atuação na abordagem e na detenção de suspeitos portando arma de fogo, em 1º/12/2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente – Professor Neivaldo – Dilzon Melo.

**ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/12/2015**

Às 9h49min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê e Cássio Soares, membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, no 1º turno, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 367 e 2.673/2015 (Arnaldo Silva); 2.272/2015 (Rogério Correia); 1.683/2015 (Thiago Cota); 1.072 e 1.566/2015 (Vanderlei Miranda). Suspende-se a reunião. Às 10h27min são reabertos os trabalhos com a presença da deputada Ione Pinheiro (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e dos deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Thiago Cota e Professor Neivaldo (substituindo o deputado Rogério Correia, por indicação da liderança do BMM). Estão presentes também os deputados Durval Ângelo, Gustavo Valadares e Roberto Andrade. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O presidente determina a distribuição em avulso do parecer do relator, deputado Vanderlei Miranda, que conclui pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.271/2015 na forma do Substitutivo nº 1. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a reunião extraordinária, de hoje às 17h45min, para apreciação do parecer do Projeto de Lei nº 1.271/2015, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de dezembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Cássio Soares – Durval Ângelo – Fábio Avelar Oliveira.

ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/12/2015

Às 10h34min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante em pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil e Relações Institucionais, publicados no *Diário do Legislativo*, em 12/12/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 3.018/2015, em turno único (Dilzon Melo – redistribuição), e 1.947/2015, no 1º turno (Inácio Franco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 165/2015, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça, e com a Emenda nº 3 (relator: deputado Cássio Soares), e 972/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Dilzon Melo). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, por unanimidade, os Projetos de Lei nºs 2.978, 3.000 e 3.018/2015 (relator: deputado Dilzon Melo). Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.409, 3.422, 3.431, 3.434, 3.435/2015. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de dezembro de 2015.



Cássio Soares, presidente – Inácio Franco – Marília Campos.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE CONTRATO Nº 73/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Distribuição S.A. Objeto: contrato de fornecimento de energia elétrica na modalidade tarifária horária verde. Vigência: 12 meses contados a partir de 22/12/2015. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, XXII, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.